

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS .....	19
INTRODUÇÃO.....	23

**Primeira Parte**  
**DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO**

<b>Capítulo 1 – O OBJETO E O MÉTODO DE ESTUDO .....</b>	<b>27</b>
1.1 A Complexidade do Objeto de Estudo .....	27
1.1.1 O direito: dificuldade conceitual.....	27
1.1.2 O corte epistemológico proposto .....	29
1.2 O Direito: um Pacto Semântico.....	34
1.2.1 O direito em seu aspecto normativo .....	34
1.2.1.1 Da norma ao ordenamento.....	34
1.2.1.2 Estrutura da norma jurídica .....	40
1.2.1.3 O direito e a linguagem .....	46
1.2.2 O direito como ciência .....	52
1.2.2.1 Da possibilidade de uma ciência do direito .....	52
1.2.2.2 O direito numa perspectiva semiótica .....	57
1.2.3 O direito e a ciência do direito como sistemas.....	62
1.3 Noção Fundamental de Estado.....	66
1.3.1 O Estado e a Teoria Pura do Direito.....	66
1.3.2 Os limites da reforma constitucional: as cláusulas pétreas .....	70
<b>Capítulo 2 – O TRIBUTO E A NORMA DE INCIDÊNCIA TRIBUTÁRIA.....</b>	<b>77</b>
2.1 O Conceito de Tributo .....	77
2.1.1 Introito: primeira aproximação de um conceito .....	77
2.1.2 O tributo como parte de uma norma jurídica completa .....	79

2.2 O Sistema Tributário Nacional.....	83
2.2.1 A delimitação positiva e negativa da competência tributária: generalidades .....	83
2.2.2 O papel das normas gerais em matéria tributária .....	88
2.3 A Regra Matriz de Incidência Tributária .....	97
2.3.1 Norma de incidência tributária e regra matriz normativa .....	97
2.3.2 Critérios da regra matriz normativa.....	101
2.3.3 Diferentes níveis normativos, a mesma regra matriz.....	109
2.4 Outros Aspectos Relevantes .....	111
2.4.1 As espécies tributárias.....	111
2.4.2 A extrafiscalidade e as normas indutoras .....	121

## **Segunda Parte**

### **FUNDAMENTOS DA ANÁLISE**

<b>Capítulo 3 – ALGUNS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS TRIBUTÁRIOS ....</b>	<b>129</b>
3.1 Princípios e Regras.....	129
3.1.1 Celeuma doutrinária.....	129
3.1.2 A adoção da distinção “fraca” .....	132
3.2 O Princípio da Legalidade .....	134
3.2.1 A legalidade genérica.....	134
3.2.2 A legalidade tributária.....	139
3.3 O Princípio da Capacidade Contributiva .....	142
3.3.1 Da ciência das finanças à positivação.....	142
3.3.2 O conceito jurídico de capacidade contributiva .....	146
3.4 O Princípio Federativo .....	153
3.4.1 Conceito de Federação .....	153
3.4.1.1 Origens.....	153
3.4.1.2 Formas de união de Estados e de organização estatal.....	155
3.4.1.3 O Estado Federal: visão doutrinária .....	158
3.4.1.4 Um outro olhar sobre o tema .....	162
3.4.2 A Federação brasileira e os Municípios.....	168
3.4.2.1 O Município: visão geral.....	168
3.4.2.2 É o Município brasileiro atual ente federado? .....	170

3.4.3	O princípio federativo em matéria tributária.....	174
<b>Capítulo 4 – A PRATICABILIDADE DA TRIBUTAÇÃO .....</b>		<b>179</b>
4.1	Conceito .....	179
4.1.1	Ideias gerais.....	179
4.1.2	A praticabilidade é um princípio tributário? .....	182
4.1.3	Formas de aplicação.....	187
4.2	Presunções e Ficções Legais Tributárias .....	190
4.2.1	As presunções e ficções jurídicas.....	190
4.2.2	As presunções e ficções tributárias .....	200
4.2.3	Tensão com a legalidade tributária.....	204
4.2.4	Tensão com a capacidade contributiva .....	208
4.2.5	Síntese.....	216

### Terceira Parte

## TRIBUTAÇÃO DIFERENÇADA DA MICRO E PEQUENA EMPRESA: O SIMPLES NACIONAL

<b>Capítulo 5 – O TRATAMENTO TRIBUTÁRIO DIFERENÇADO À MICRO-EMPRESA E À EMPRESA DE PEQUENO PORTE.....</b>		<b>219</b>
5.1	O Tratamento Diferenciado como Objetivo da Ordem Econômica .....	219
5.1.1	Da ordem econômica na Constituição de 1988 .....	219
5.1.2	Localização do tratamento tributário favorecido na arquitetura do ordenamento jurídico nacional.....	232
5.1.3	Evolução legislativa do tratamento diferenciado.....	241
5.1.3.1	Antes de 1988: breve síntese .....	241
5.1.3.2	Após 1988: situação inicial .....	244
5.1.3.3	A EC 42/03 e além: do SIMPLES /federal ao SIMPLES nacional .....	250
5.2	Aspectos Gerais do Estatuto da Micro e da Pequena Empresa e do SIMPLES Nacional .....	251
5.2.1	Estatuto da microempresa e da empresa de pequeno porte vs. SIMPLES nacional .....	251
5.2.2	Aspectos formais do SIMPLES nacional: análise panorâmica.....	254
5.2.2.1	Introito sobre o sistema simplificado .....	254
5.2.2.2	A entrada.....	257
5.2.2.3	O funcionamento .....	260

5.2.2.4	A saída .....	267
5.2.2.5	A gestão .....	269
<b>Capítulo 6 – NATUREZA JURÍDICA DO INSTITUTO: PERPLEXIDADES ....</b>		<b>273</b>
6.1	Visões Contrapostas: o Simples como um Novo Tributo ou como Mera Forma Simplificada de Recolhimento .....	273
6.1.1	O Simples é um novo tributo? .....	273
6.1.2	O Simples como aplicação da praticabilidade tributária .....	282
6.1.2.1	O SIMPLES e as expressões “Tû-tû” no direito: o plexo de normas de ficção .....	282
6.1.2.2	A norma de inclusão .....	293
6.2	A Regra Matriz do SIMPLES Nacional: Aplicação da Ficção Tributária .....	301
6.2.1	A hipótese tributária .....	301
6.2.1.1	O critério pessoal .....	301
6.2.1.2	O critério material .....	308
6.2.1.3	O critério espacial .....	316
6.2.1.4	O critério temporal .....	316
6.2.2	O conseqüente tributário .....	320
6.2.2.1	O critério pessoal .....	320
6.2.2.2	O critério material .....	320
6.2.2.3	O critério espacial .....	324
6.2.2.4	O critério temporal .....	324
6.2.3	Síntese da Regra Matriz Normativa do SIMPLES nacional .....	325
<b>Capítulo 7 – A COMPLEXIDADE DO SIMPL.ES: APROFUNDAMENTO DA ANÁLISE.....</b>		<b>327</b>
7.1	O SIMPLES Nacional e a Federação Brasileira .....	327
7.1.1	Funções da lei complementar prevista no art. 146, III, “d” e seu parágrafo único, da Constituição Federal .....	327
7.1.2	A Federação, a Emenda Constitucional 42/2003, a Lei Complementar 123/06 e a praticabilidade tributária .....	331
7.2	O SIMPLES Nacional e a Norma Tributária: Praticabilidade Válida? .....	342
7.2.1	A ficção tributária, a opção do contribuinte e sua irretratabilidade ....	342
7.2.2	A ficção tributária e os tributos incluídos na sistemática .....	347
7.2.2.1	O binômio critério material da hipótese e base de cálculo do conseqüente .....	347

7.2.2.2	Imposto Sobre a Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ.....	353
7.2.2.3	Imposto Sobre Produtos Industrializados – IPI.....	358
7.2.2.4	Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL .....	364
7.2.2.5	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS .....	365
7.2.2.6	Contribuição para o PIS/PASEP .....	367
7.2.2.7	Contribuição Patronal Previdenciária – CPP .....	369
7.2.2.8	Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS .....	372
7.2.2.9	Imposto Sobre Serviços – ISS .....	376
7.2.2.10	Síntese da análise.....	379
7.2.3	Outros aspectos a serem aprofundados.....	381

**CONCLUSÕES..... 383**

1	Conclusões do capítulo 1 .....	383
2	Conclusões do capítulo 2.....	388
3	Conclusões do capítulo 3 .....	392
4	Conclusões do capítulo 4.....	396
5	Conclusões do capítulo 5.....	399
6	Conclusões do capítulo 6.....	401
7	Conclusões do capítulo 7.....	404
8	Síntese conclusiva.....	407

**REFERÊNCIAS..... 411**

**ÍNDICE ALFABÉTICO..... 441**

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 – Função Síglica .....	58
Ilustração 2 – Função Síglica normativa .....	59
Ilustração 3 – Classificação dos Sistemas .....	63
Ilustração 4 – Regra Matriz de Incidência Tributária .....	100
Ilustração 5 – Regra Matriz de Incidência – nossa visão .....	107
Ilustração 6 – Espécies de Exonerações Tributárias .....	125
Ilustração 7 – Capacidade Contributiva .....	152

Ilustração 8 – Estado Unitário Simples .....	164
Ilustração 9 – Estado Unitário Descentralizado .....	164
Ilustração 10 – Estado Federal (Ordenamento Total) .....	166
Ilustração 11 – Estado Federal Americano (Ordenamento Total) .....	174
Ilustração 12 – Estado Federal Brasileiro (Ordenamento Total) .....	174
Ilustração 13 – Formas de Intervenção do Estado no Domínio Econômico...225	
Ilustração 14 – Plexo normativo SIMPLES .....	287

### **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Formas de Contraprestação .....	226
Tabela 2 – Anexo I da LC 123/06 .....	287